

A EDUCAÇÃO CONFSSIONAL NO BRASIL

Agnaldo Antônio Moreira Teodoro da Silva¹
Ana Lúcia Carrijo Adorno²
Anderson Dutra e Silva³ Haydée
Lisbôa Vieira Machado⁴ João
Silveira Belém Júnior⁵ Leandro
Daniel Porfiro⁶
Paula Lopes Santos⁷
Rhogério Correia de Souza Araújo⁸
Rogério Santos Cardoso⁹
Wanessa Mesquita Godoi Quaresma¹⁰

RESUMO

O trabalho apresenta a relevância das organizações confessionais cristãs para a construção da história da educação brasileira. Faz-se uma abordagem sobre o início das instituições confessionais no Brasil a fim de compreender o papel e as influências dessas organizações, cujas as filosofias educacionais, advindas da modernidade, foram implantadas no país por meio das missões internacionais que as estabeleceram. O estudo também analisa a transição educacional da Idade Medieval para a Moderna. O trabalho pontua como a educação confessional teve uma inserção na sociedade brasileira, construindo um espaço educativo de qualidade, sendo atuante no desenvolvimento do saber tanto em nível de ensino, como pesquisa e também em extensão. O nosso país não seria o que é sem a contribuição da educação confessional. Por fim, este artigo discute o papel da educação superior confessional na atualidade numa tentativa de compreender se, ainda hoje, ela cumpre uma eficiência no campo da educação dentro da sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Educação. Universidade. Confessional. Religião.

INTRODUÇÃO

Por educação confessional entende-se a instituição vinculada ou pertencente a igrejas ou organizações religiosas. A escola confessional baseia os seus princípios, objetivos e forma de atuação numa confissão religiosa, tendo como primeiro objetivo do trabalho educacional, o desenvolvimento dos sentimentos religioso e moral nos alunos. Dessa forma, se a escola leiga constrói sua proposta baseada apenas em correntes pedagógicas, a confessional procura ter um embasamento filosófico-teológico (MENEZES & SANTOS, 2001).

De acordo com Vasselai (2001), as instituições confessionais de ensino se alicerçam em princípios transcendentais que fundamentam atitudes específicas que levam o indivíduo a posicionar-se diante da realidade para entendê-la, assimilando comportamentos que o amadureçam socialmente enquanto pessoa e agente da sociedade humana. As instituições educacionais confessionais têm um compromisso social pautado numa ética que privilegia a vida acima de tudo.

¹ Mestre. Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA. E-mail: professoragnaldoantonio@gmail.com

² Doutora. Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA. E-mail: ana.carrijo@unievangelica.edu.br

³ Mestre. Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA. E-mail: dimdutra74@gmail.com

⁴ Mestra. Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA. E-mail: haydee.machado@ueg.br

⁵ Mestre. Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA. E-mail: jjbelem@yahoo.com.br

⁶ Doutor. Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA. E-mail: fisicoleandro@yahoo.com.br

⁷ Especialista. Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA. E-mail: paulalopes.santos@gmail.com

⁸ Mestre. Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA. E-mail: rhogerio@brturbo.com.br

⁹ Mestre. Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA. E-mail: rogerio.cardoso@unievangelica.edu.br

¹⁰ Mestra. Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA. E-mail: wanessamgq@gmail.com

O sistema educacional, entendido como agente para a formação humana, teve origem na própria vontade do ser humano, trazendo consigo intencionalidades definidas pelos interesses dos grupos sociais que os organizaram.

No Brasil, no período colonial, os jesuítas foram praticamente os únicos educadores em ação no território. Cunha (1980) destaca que, até a vinda da corte portuguesa para o Brasil, o ensino público era estatal e religioso e o domínio religioso era sentido desde os marcos principais de referência, aos conteúdos ensinados bem como em toda a instituição que se encarregava da formação educacional: a Igreja Católica. Segundo Schunemann (2009), a educação católica foi durante muito tempo sinônimo de educação no país.

A partir da segunda metade do século XIX, quando as missões protestantes começaram a se estabelecer no Brasil, foram organizadas diversas escolas (MENDONÇA, 1995). Algumas dessas escolas protestantes foram já pensadas como escolas inovadoras para despertar no Brasil uma mentalidade favorável ao ideal liberal (MESQUIDA 1994). Outras escolas, como as luteranas, estavam ligadas às colônias alemãs e tiveram uma proposta mais modesta. Eram mais escolas de imigrantes do que escolas confessionais, pois surgiram para preservar a educação básica das novas gerações frente à ausência do governo brasileiro em cumprir as suas responsabilidades (SEYERFERTH 2000).

A situação só começou a mudar no período Vargas. A educação pública passou a receber ações efetivas de expansão e aumento sistemático da oferta. Desse modo, a educação confessional representa hoje muito menos em termo de ofertas de ensino proporcionalmente que no passado. Uma parte das grandes redes de ensino hoje no país não estão vinculadas às igrejas. Contudo, as escolas confessionais mantêm um papel importante na formação da mentalidade brasileira (SCHUNEMANN, 2009).

Este trabalho tem como objeto as universidades confessionais no ensino superior brasileiro, para buscar identidades, contradições e desafios a fim de debater as implicações da confessionalidade no contexto do ensino superior que elas promovem.

EDUCAÇÃO CONFESSIONAL NA CULTURA BRASILEIRA

A educação brasileira se deu dentro de um contexto educacional confessional, ligada aos institutos vinculados aos projetos das organizações religiosas de origem cristãs em seus dois segmentos: católico e protestante.

O Brasil, colonizado por Portugal, tornou-se obrigatoriamente de segmento cristão católico. O catolicismo veio junto com a Coroa Portuguesa pelo acordo do Regime de Padroado. O padroado português era uma concessão de privilégios e na reivindicação de direitos, invocando a coroa sua qualidade de protetora das missões eclesiais no Brasil. A monarquia promovia, transferia ou afastava clérigos; decidia e arbitrava conflitos nas respectivas jurisdições das quais ela própria fixava os limites. Durante todo o período colonial, através do controle do governo português e do período imperial, a Igreja brasileira sofreu interferências do poder político (COSTA, 1999).

Pelo acordo de Padroado, quando Tomé de Sousa chegou à colônia em 1549, veio acompanhado por diversos jesuítas, que ficaram encarregados da educação na colônia. Segundo Romanelli (1991), o modelo educacional brasileiro, na sua organização social, no conteúdo cultural

transportado para a colônia pelos jesuítas, está fundamentado historicamente numa minoria de donos de terra e senhores de engenho, que centralizavam o direito à educação, com exceção das mulheres e dos filhos primogênitos. Ao chegarem ao Brasil, os jesuítas não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia, trouxeram também os métodos pedagógicos.

Uma vez conquistada a colônia portuguesa, pode-se verificar que a educação confessional, que era ministrada pelos jesuítas, que permaneceram como mentores da educação brasileira durante duzentos e dez anos, teve momentos específicos. O primeiro tem seu início no descobrimento, que foi o período histórico em que se começou uma catequese aos índios, que precisavam saber a língua da religião cristã, por isso passavam por um processo educativo. O segundo momento vem marcado pela expulsão dos jesuítas, em 1759, por decisão do Marquês de Pombal. A educação brasileira, com isso, vivenciou uma grande ruptura histórica num processo já implantado e consolidado como modelo educacional (BELLO, 1998). Por fim, período que começa a partir de 1806, com a chegada da família real de Portugal ao Brasil.

Marquês de Pombal, influenciado pela Filosofia Iluminista e em consonância com a Filosofia de D. José I, se encarregou da retirada dos jesuítas do Brasil. Para ele, a Reforma tinha que começar com os educadores e pensadores, por isso a educação tinha que deixar de ser religiosa, uma vez que ela estava a serviço do feudalismo, mas a educação leiga, já difundida na Europa, precisava ser implantada no Brasil, longe da fé e pautada na razão, premissa do movimento capitalista do século XVIII (MESQUITA, 2001). Pombal foi expulso em 1779, época em que retornaram as ordens religiosas católicas. Os jesuítas trouxeram com eles os dominicanos e franciscanos e novamente retomam a educação confessional.

A Família Real chegou ao Brasil em 1806 e foi um avanço para a educação no país, tanto a educação geral laica como a confessional. O tratado de livre comércio entre Portugal e Inglaterra, assinado em 1810, trouxe imigrantes ingleses para o solo brasileiro e começou a prática da fé cristã não católica, reconhecida pela Coroa.

Outro momento importante aconteceu com a imigração de vários povos que tiveram dois grandes motivos para a permissão do governo brasileiro: um foi a necessidade de expansão e o outro foi por causa das doenças contagiosas. Segundo Hack (2000) o governo garantia aos povos que vinham para cá a liberdade religiosa, dando-lhes o direito de professarem as formas de cultos que lhes conviessem, somente os impedia de ter nos locais de culto uma aparência de templos católicos, por isso houve uma diferença na arquitetura entre os templos católicos e os protestantes.

Não se podem esquecer as invasões que também promoveram a presença de cristãos de outras ordens de fé e foram fundamentais para os pilares educacionais confessionais protestantes. Uma expedição chegou em 1557, trazendo um pequeno grupo de huguenotes. No dia 10 de março de 1557, esse grupo realizou o primeiro culto protestante da história do Brasil e das Américas (MATTOS, 2007).

Outra presença protestante foi a dos holandeses calvinistas na região nordeste. Os holandeses criaram sua igreja estatal nos moldes da Igreja Reformada da Holanda. Dentre as tarefas da igreja estava também a da educação, pois além de pastores, pregadores auxiliares e outros oficiais havia professores de escolas paroquiais.

Com a expulsão dos holandeses calvinistas em 1654, ficou vedada a entrada de protestantes. Porém, com a transferência da família real portuguesa, em 1808, abriram-se as portas do país para a entrada legal dos primeiros protestantes, especificamente os ingleses de origem protestante anglicana, que vão construir seus templos protestantes no país nas principais cidades litorâneas.

Com a independência do Brasil surgiu a necessidade de atrair imigrantes europeus, e a intolerância aos protestantes foi trabalhada e a própria Constituição Imperial, promulgada em 1824, concedeu aos povos que professavam outras crenças, certa liberdade de culto, no entanto, ela também afirmou e confirmou o catolicismo como religião oficial. Assim, até a Proclamação da República, mesmo que tenham influenciados os processos educativos, os protestantes enfrentaram sérias restrições no que diz respeito à educação (OLIVEIRA, 2011).

Em 1890, o governo republicano publicou um decreto que consagrou a separação entre a Igreja e o Estado, e foi esta separação que assegurou aos protestantes o reconhecimento e a proteção legal em relação às suas práticas religiosas e educacionais (MATOS, 2007).

Assim, a vinda dos imigrantes e a conquista da liberdade religiosa possibilitaram as revoluções no sistema educacional de ordem confessional cristão com as variadas vertentes protestantes, que vão intervir de forma impactante na formação de centros educacionais urbanos como lugares de formação de qualidade no país. E a liberdade religiosa foi a grande atração para a missão evangelística de origem norte-americana, que aqui chegou com suas propostas educacionais que era o espaço de conquista de almas do povo católico romano.

Com a instalação dos protestantes no país inicia-se uma nova modalidade de educação confessional. Os alemães que se instalaram inicialmente no Sul criam as primeiras escolas evangélicas para alfabetizar, no intuito de que seus filhos pudessem exercer adequadamente a fé e tivessem acesso às Escrituras. Os missionários norte-americanos se instalaram no território paulista fundando escolas para os filhos dos imigrantes protestantes. Outras denominações evangélicas, metodista, presbiteriana, batista, também chegaram ao Brasil e se instalaram em outros Estados, com intuito de desenvolver a evangelização, criando igrejas e escolas para atender as necessidades locais (HACK, 2000).

Portanto, a Educação Brasileira surge marcada pela confessionalidade, por isso, não se pode negar a quantidade de escolas que carregam o nome de Santos Católicos, bem como de fundadores missionários protestantes. É na educação confessional que há, também, todo um fundamento do saber construído no campo do ensino, pesquisa e extensão.

Não foi só a necessidade de evangelizar que motivou a construção dos grandes centros educativos confessionais protestantes. Ao longo da história educativa brasileira surge uma grande parcela de dedicação de muitas pessoas que se preocupam com uma educação de qualidade e que se empenham para que ela fosse realizada. A construção das Universidades Confessionais passou por visões de construção que pudessem contribuir com a sociedade brasileira. É o que se pode entender na história de muitas delas (OLIVEIRA, 2011).

Logo que chegaram ao país, os Presbiterianos começaram sua tarefa educativa. Na cidade de São Paulo construíram a Escola Americana, que foi o marco inicial do que é hoje a Universidade Mackenzie, que foi fundada na Pedagogia Confessional norte-americana. A instituição construiu ao longo de sua história um papel fundamental na sociedade paulista.

Segundo Hack (2000), foram as concepções pedagógicas protestantes as grandes responsáveis pela evolução da educação no Brasil. Ele credita às Escolas Protestantes a modernização dos métodos de ensino no país, especialmente na reformulação do ensino público no Estado de São Paulo, que foi dirigida por presbiterianos, norte-americanos, educadores nas escolas missionárias. Segundo o mesmo autor, foi a Reforma realizada em São Paulo o grande modelo transportado para praticamente todo o país.

As concepções cristãs norte-americanas foram que aqui se instalaram por meio das igrejas e deram grande ênfase às instituições educacionais, com finalidade de realizar uma propaganda indireta dos ideais de uma civilização cristã nos moldes protestantes. Mas o sucesso da educação protestante estava na qualidade, superior ao estudo laico dado pelo estado, além da qualidade, os colégios foram abertos a toda população independente de crença ou classe social.

Dentro da história da educação metodista, o Colégio Piracicabano foi nominado de retrógrado, mas, ao passar por reformas e rompendo com modelos educacionais, vai servir de inspiração e modelos de ensino no Brasil.

Os batistas também registram sua contribuição na educação da sociedade brasileira. A primeira presença batista se verifica com a imigração de americanos para o Brasil após a guerra civil dos Estados Unidos, mais especificamente entre os anos 1865 a 1870.

CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CONFSSIONAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Para atender às necessidades da Corte Portuguesa e da elite brasileira, no contexto da colonização, foram criados os primeiros cursos superiores. A partir deste momento, novos cursos foram surgindo. Em 1808, o Príncipe Regente instituiu a cadeira de ciência econômica e a carta de Lei de 4 de dezembro de 1810 criou a Academia Real Militar da Corte, que, anos mais tarde, se converteu na Escola Politécnica. Também assinou o Decreto de 12/10/1820, que organizou a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, convertida a posteriori em Academia de Artes (COSTA, 2011).

Com o movimento iluminista e o processo de industrialização, o ensino superior brasileiro assume em seus primórdios características próprias da formação de profissionais, para uma determinada profissão, como especialistas e os cursos foram organizados, marcados, de forma significativa, pelo ensino prático. Segundo Luckesi (1998), até 1900 o Brasil já havia consolidado o ensino superior em forma de Faculdade ou Escola Superior.

De acordo com Marcondes e Seehaber (2004), em meados do século XIX, com a intensificação das imigrações, um fato novo surge na história da educação brasileira, o protestantismo. Os primeiros imigrantes alemães instalaram-se inicialmente nos Estados do Rio grande do Sul e Santa Catarina, trazendo consigo os princípios defendidos por Martim Lutero, deste modo, em 1824, surgem as primeiras escolas evangélicas. Nesse mesmo período, instalaram-se no Oeste paulista missionários norte-americanos que também fundaram escolas para os filhos dos imigrantes protestantes. A partir deste momento, outras denominações evangélicas (metodista, presbiteriana, batista), também chegaram ao Brasil em outros Estados, com intuito de desenvolver a evangelização, criando igrejas e escolas para atender às necessidades locais.

Com o surgimento do movimento republicano, a educação do povo ganhou um peso que não tinha até então. Para os republicanos, a democracia se realizaria e se desenvolveria via educação popular, como meio para conseguir a liberdade. É a partir desse movimento que, em 1891, a educação brasileira passa a ser considerada de caráter leigo, conforme Mesquita (1994), o que caracteriza o início de dois segmentos na educação brasileira: o público e o privado, este último, quase que, na sua totalidade, confessional e protestante.

Com a Reforma de Francisco Campos, no Governo de Vargas, surgem, de 1931 a 1932, a Universidade de São Paulo, seguida pela Universidade de Minas Gerais, em 1933. Nos anos 40, começam a surgir as primeiras universidades pontifícias (SAMPAIO, 1998).

Até 1960, o Brasil manteve essa estrutura no ensino superior, agrupamento de escolas e faculdades. Nas décadas de 1950 a 1970, foram criadas universidades federais em todo o Brasil, pelo menos uma por Estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares. Durante esse período, predominavam as instituições públicas, em função do processo de federalização.

Nos anos de 1960 a 1980, o ensino superior experimenta mudanças expressivas, com dois momentos distintos: o primeiro, referente à consolidação desse setor, nos anos de 1933 a 1960, tendo como característica marcante o crescimento das matrículas, marcado pela disputa entre as elites laicas e as católicas pelo controle do ensino superior no Brasil. E, o segundo momento, entre meados de 1960 a 1980, sobretudo, a década de 80, é marcado pela ausência do Estado no campo da educação e da saúde, surgindo nesse contexto o movimento em favor da criação e do fortalecimento das instituições de ensino superior privadas, que tem o seu ponto alto nos anos 90, com o crescimento expressivo do número de matrículas nas instituições de ensino em todo território nacional (SAMPAIO, 1998).

A legislação educacional passou por muitas mudanças provocadas por interesses econômicos e políticos públicos e privados. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 é considerada o marco de transformações radicais no campo da regulamentação no ensino superior no Brasil, conferindo maior autonomia às universidades brasileiras e tornando clara a sua finalidade.

Quanto à dependência administrativa, as instituições de ensino superior podem ser consideradas públicas (federais, estaduais e/ou municipais) ou privadas. Essas últimas, de acordo com o artigo 20 nos incisos I-IV da LDB 9.394/96, são classificadas como particulares em sentido estrito, comunitárias e confessionais, ou ainda, filantrópicas na forma da Lei. As instituições de ensino superior privadas dependem da constituição jurídica de sua mantenedora, podendo ser consideradas como fundações, associações civis ou sociedades civis de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

Nessa perspectiva, as instituições confessionais, instituídas por grupos de pessoas jurídicas, atendem à orientação confessional e ideologia específica. As comunitárias, instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade. A mantida é uma instituição sem personalidade jurídica, que oferece ensino, pesquisa e extensão, mantida por uma entidade com personalidade jurídica (mantenedora), Não interfere em questões administrativas acadêmicas da IES, mas em questões relativas à administração financeira (MURIEL, 2006).

As Instituições de Ensino Superior Confessionais denominam-se públicas não-estatais, não possuem finalidade lucrativa, não pertencem a famílias ou a grupos empresariais, pretendem ser uma alternativa de ensino superior, possuindo uma filosofia própria. A IESC assume o desafio da formação do cidadão para assumir a própria vida num processo de comprometimento social.

A identidade institucional confessional se manifesta nos princípios do compromisso social e em cumprimento a sua missão específica, tendo como objetivo promover uma educação de qualidade. De um lado, responde às exigências da legislação em vigor, como as demais IES e, por outro lado, ao conjunto de elementos próprios da confessionalidade.

CONFSSIONALIDADE COMO ELEMENTO DIFERENCIADOR DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Segundo Vasselai (2001), confessionalidade deriva de um ato, de uma confissão, que supõe a adesão à mensagem e à tradição de uma comunidade que elabora comportamentos de valor. Os conteúdos da confissão têm base em princípios de fé. Por outra parte, a adesão que compromete se manifesta no agir das pessoas engajadas na realidade humana concreta.

Uma instituição confessional, ao se dedicar à educação, estabelece posturas éticas que por natureza devem orientar o processo educativo que se propõem a desenvolver. Espera-se que os grandes objetivos norteadores de sua atuação estejam definidos na missão de cada instituição e que sejam discutidos e analisados exaustivamente com a comunidade docente, discente e administrativa, para que a missão passe a ser percebida e promovida em todos os setores institucionais.

Como qualquer instituição de ensino que se propõe contribuir para o sistema educativo, o objetivo primeiro das instituições confessionais deve ser o de promover uma educação da melhor qualidade. Para tanto, as instituições confessionais necessitam colocar-se em pé de igualdade com as demais instituições, quanto à obtenção de recursos e condições que também lhes permitam sobreviver. Entende-se que é a partir do cumprimento do compromisso institucional expresso na missão que as instituições confessionais hão de fazer a diferença. É importante destacar que as mudanças somente ocorrerão e se tornarão imprescindíveis na medida em que as propostas saírem do papel e se configurarem como ações concretas e objetivas com a participação de toda a comunidade.

As instituições confessionais de ensino se diferenciam das não confessionais pela constante luta para adaptar-se quer às exigências dos tempos, para continuarem cumprindo com sua missão, quer pelo empenho em reafirmar os princípios estabelecidos em sua origem, quer pelo esforço em eliminar o descompasso que a contradição entre o ideal e a prática traz nas ações que as desafiam (VASSELA, 2001).

As propostas confessionais de ensino, que partem de convicções apoiadas na fé, têm e tiveram importante papel como alternativas para colaborar com o sentido pleno da formação humana.

A complexidade das ações de instituições confessionais pode ser sentida no processo da educação confessional no que se refere às implicações da denominação enquanto atua em sua missão evangelizadora como Igreja e como escola. Diferenciar as formas de atuação é o desafio que se coloca. Embora os princípios confessionais advenham da denominação, a missão ultrapassa a denominação e o campo educacional é distinto do campo da Igreja.

O processo educativo tem seus métodos, seus objetivos e está aberto enquanto se propõe a buscar o conhecimento objetivo. Quando uma instituição confessional conduz o processo, supõe-se existirem princípios específicos que definem o sentido das ações e da pesquisa científica na direção do bem estar para todos os seres humanos.

A elaboração e execução de uma proposta educativa em instituições confessionais envolve um conjunto de compromissos que não são os requeridos pelas demais instituições. Por um lado, o projeto pedagógico deve satisfazer as exigências da legislação em vigor e por outro, deve responder ao conjunto de aspectos que atendam às exigências próprias dos compromissos que assume por ser confessional. Estas instituições têm ainda sobre seus ombros as cobranças que partem da tradição que possuem junto à população e também por seu envolvimento com o poder estabelecido desde o início da colonização no Brasil.

Diante da complexidade destas influências, as instituições educativas caminham refletindo as tendências de cada momento histórico sob o peso de suas utopias e das ideologias que assumiram como referenciais. Este movimento pode ser constatado no estudo da trajetória das instituições confessionais no processo educacional brasileiro.

As instituições confessionais justificam sua existência ao fundamentar o projeto pedagógico em princípios específicos que podem apontar para ações éticas em proveito da sociedade. O diferencial da proposta confessional pode estar no fato de poder oferecer elementos que possibilitem a definição do sentido das ações no processo educativo que transcendam aos conteúdos e aos postulados científicos.

Vasselai (2001) apresenta uma listagem de aspectos considerados relevantes como norteadores da ação das instituições confessionais na educação. Esta listagem incorpora três categorias: ética, formação e confessionalidade, apresentadas a seguir:

Indicadores de ética nas instituições confessionais de educação: nas ações administrativas a vida é priorizada; faz frente às ações competitivas que permeiam a sociedade; promove ações que considera a ecumenicidade como aspecto relevante; a eliminação da miséria e das exclusões é um objetivo do serviço educacional; analisa o contexto de mercado frente às necessidades da vida; discute os compromissos assumidos frente às relações de poder que possui; valoriza a solidariedade e as ações coletivas em favor da vida; a partilha é apresentada como contraponto à acumulação; a diversidade étnica e cultural é considerada relevante nas decisões; no projeto pedagógico as ações que favorecem a vida são ressaltadas;

Indicadores de formação nas instituições confessionais de educação: explicita a possibilidade de cada um se comprometer; forma lideranças comprometidas com a eliminação da miséria na sociedade; incorpora as opiniões dos envolvidos para as tomadas de decisão; considera o educando parceiro na construção do saber; fundamenta a formação integral da pessoa humana; sustenta o desafio existencial; provoca questionamento sobre a inserção dos humanos no contexto social; promove discussão crítica dos avanços da ciência com relação à vida; discute as relações entre a doutrina e os postulados científicos; incentiva o diálogo entre ciência e fé;

Indicadores de confessionalidade nas instituições confessionais de educação: apresenta os princípios institucionais a partir de uma cosmovisão cristã; as ações objetivas se apoiam em princípios institucionais; vive como agente do Reino e não como súdito do império; a presença cristã

no meio universitário tem por base a evangelização; apresenta a confessionalidade como processo em permanente construção; dá razões transcendentais para a convivência humana; exerce função acadêmica não dogmática; possibilita a construção do humanismo cristão; docentes e discentes têm acesso aos documentos da confessionalidade; a fé é considerada como um desafio na busca de sentido para a realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se à conclusão de que a educação brasileira se deu dentro de um contexto educacional confessional, ligada aos institutos vinculados aos projetos das organizações religiosas de origem cristã em seus dois segmentos: católicos e protestantes.

A presença de protestantes no país possibilitou a evolução de certas regiões, e essa presença se solidificou de fato com a independência do Brasil, pois surgiu a necessidade de atrair imigrantes europeus, e a intolerância aos protestantes foi trabalhada e legislada pela própria Constituição Imperial, concedendo aos povos que professavam outras crenças, certa liberdade de culto.

No Brasil chegaram vários segmentos de protestantes e todos eles investiram na educação confessional. No início dois deles se fazem diferentes na forma de vir ao solo brasileiro, uns vinham como imigrantes para trabalhar e viver; outros grupos vieram como missionários, assim, tem-se a vertente imigrante e a vertente missionária. Com a instalação dos protestantes no país inicia-se uma nova modalidade de educação confessional.

A escola nas mãos dos protestantes tornou-se a melhor forma de evangelizar. Os missionários acreditavam que era através das Escrituras que o ser humano entrava em contato com Deus. Num âmbito geral, a educação protestante serve como instrumento de ligação e de aproximação da sociedade brasileira com as religiões reformadas, ela é na verdade um grande instrumento de evangelização utilizado pelas missões norte-americanas. Portanto, as escolas protestantes cumprem uma missão sócio-religiosa no país, ao mesmo tempo em que educam, também evangelizam.

Não foi só a necessidade de evangelizar que motivou a construção dos grandes centros educativos confessionais protestantes. Ao longo da história educativa brasileira surge uma grande parcela de dedicação de muitas pessoas que se preocupam com uma educação de qualidade e que se empenham para que ela fosse realizada. A construção das Universidades Confessionais passou por visões de construção que pudessem contribuir com a sociedade brasileira. É o que se pode entender na história de muitas delas.

Também, ao se considerar a importância histórica e a inserção cultural deste segmento da educação escolar brasileira, é necessário que a proposta confessional de educação seja cada vez mais explicitada e inserida no debate acadêmico, para se confrontar com as demais propostas.

A confessionalidade, como referencial de transcendência dos humanos sobre os demais viventes, tem na educação um ponto de grande relevância na formação dos compromissos éticos que devem estar inseridos no contexto de uma sociedade que pretenda eliminar a miséria e as exclusões.

Essa postura é libertadora na medida em que possibilita ao indivíduo a tomada de consciência do processo civilizatório no qual está inserido e que o percebe como tendo contradições e carências.

O fato da instituição ser confessional, não significa que esta tem resposta para todas as questões da sociedade, mas unindo a dimensão confessional e científica, a educação torna-se mais relevante na vida do ser humano.

REFERÊNCIAS

- BELLO, José Luiz de Paiva. Período Jesuítico. In: *Pedagogia em foco: História da educação no Brasil*, 1998.
- CUNHA, L. A. *A universidade temporã*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1980.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República : momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1999. p. 17s.
- COSTA, Maria das Graças Soares da. **A configuração organizacional-administrativa de Instituições de Ensino Superior Confessionais no Estado de Pernambuco à luz do Modelo Multidimensional-Reflexivo**. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- HACK, Osvaldo Henrique. *Protestantismo e Educação Brasileira*. São Paulo: Cultura Cristã, 2000. p.55.
- LUCKESI, C.C. et. al. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- MARCONDES, Lea Rocha Lima ; SEEHABER, Liliana C. A identidade do ensino religioso, do rito cristão na história da educação brasileira. **Revista Educação em Movimento**, Curitiba, v. 3, n. 9, p.17-28, set./dez. 2004.
- MATTOS, Alderi Souza de. História do protestantismo no Brasil. *Revista Vox Faifae*, 2007. p.3. Disponível em: <<http://www.faifa.edu.br/revista/index.php/voxfai/fae/article>>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa 1995. *O Celeste Porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete escola confessional. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/escola-confessional/>>. Acesso em: 07 de jan. 2019.
- MESQUIDA, Peri 1994. *Hegemonia Norte-Americana e Educação Protestante no Brasil: um estudo de caso*. Juiz de Fora, São Bernardo do Campo:, EDUFJF, Editeo.
- MESQUITA, Zuleica (Org). *Evangelizar e Civilizar: cartas de Martha Watts, 1881-1908*. Piracicaba: UNIMEP, 2001.
- MURIEL, R. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): análise do processo de implantação**. Vitória, ES: Ed. Hoper, 2006.
- OLIVEIRA, Átila Brandão de. **A Participação das Instituições de Educação Superior Confessionais na História da Educação Brasileira**. 2011. 78 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Teologia, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2011.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- SCHUNEMANN, Haller Elinar Stach. A Educação Confessional Fundamentalista no Brasil Atual: Uma análise do sistema escolar da IASD. **Rever: Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 3, p.71-97, set. 2009. Disponível em: <www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_schunemann.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.
- SAMPAIO, Helena Maria Sant'Ana. **O setor privado de ensino superior no Brasil**. 1998. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, v. 1 e 2.
- SEYEFERTH, Giralda 2000. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In. Fausto, Boris (org) *Fazer a América: a imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo, Edusp.
- VASSELAI, Conrado. **As Universidades Confessionais no Ensino Superior Brasileiro: identidades, contradições e desafios**. 2001. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.